

Divisão do trabalho doméstico, tomada de decisões diárias e cuidados com filhos: análise da experiência de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte, Brasil

Sexual division of housework, daily decision-making and child care: analyses of high education couples experience in Belo Horizonte, Brazil

*Angelita Alves de Carvalho**

Resumo

Este artigo analisa as relações de gênero vivenciadas por casais de alta escolaridade em Belo Horizonte (MG) e a satisfação de cada parceiro com esta situação, identificando possíveis tensões e desigualdades nestas percepções. Para isso utilizaram-se dados de entrevistas em profundidade realizadas com 31 casais com nenhum, um ou dois filhos; em que a mulher possuía nível superior ou mais de escolaridade, residentes em Belo Horizonte (MG) em 2013. Pode-se verificar que, apesar da alta escolaridade, as mulheres continuavam a serem mais responsáveis e responsabilizadas por seus parceiros pelos cuidados com os filhos, tarefas domésticas e decisões diárias. E para aquelas que vivenciavam relações de gênero mais equânimes ou inversas, existia um sentimento de culpa, indicando uma persistência de valores tradicionais e desiguais no âmbito da vida conjugal. Novamente se constata que a revolução de gênero, mesmo para um grupo de vanguarda da segunda transição demográfica, continua sendo incompleta.

Palavras-chave: Desigualdades de gênero. Divisão sexual do trabalho doméstico. Cuidados com os filhos.

Abstract

This article investigates the gender relations experienced between highly educated couples in Belo Horizonte (MG) and the satisfaction of each partner with the experienced situation, identifying possible tensions and inequalities in these perceptions. For this we used data from interviews carried out with 31 couples, with none, one or two children; where women had higher level of education than men in Belo Horizonte in 2013. It was possible to notice that even with these women that are very educated they continued to be more responsible and accountable for their partners by child care and housework. In

* Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG).
Professora e Pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE)

addition, for those who experienced more gender equity relations, there was a sense of guilt, indicating a persistence of traditional and unequal values in the context of married life. Again, the gender revolution, even for a vanguard group of the second demographic transition, remains incomplete.

Key words: Gender inequalities. Sexual division of housework. Child care.

Fecha de recepción: 8 de febrero 2018

Fecha de aprobación: 28 de diciembre 2018

Introdução

Há muito tempo tem-se a prevalência do sistema patriarcal, definido por Hartmann (1979) - citado por Casaca (2009) - como o conjunto de relações sociais estabelecidas entre os homens, as quais, embora frequentemente hierárquicas, são também relações de interdependência e de solidariedade masculina, permitindo, assim, o controle e o domínio sobre as mulheres. Já Connell (2000) também citado por Casaca (2009) prefere a expressão sistema de gênero, o qual se reporta à totalidade de relações de gênero, e que são dinamizadas a nível micro (práticas sociais) e enraizadas a nível estrutural. Este sistema de gênero seria construído por meio da inter-relação entre a ordem de gênero (*gender order*) e os diferentes regimes de gênero (*gender regimes*).

Walby (2000) afirma que as relações patriarcais ou deste sistema de gênero têm se alterado bastante nas últimas décadas, impulsionadas principalmente pela crescente participação das mulheres no trabalho remunerado e no sistema educativo, o declínio da taxa de natalidade e de fecundidade, o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento e das uniões formais, e o incremento do número de separações e divórcios. Para a autora, o patriarcado que antes era privado, associado à exclusão das mulheres da esfera pública passou a ser um patriarcado público, a partir da segregação e subordinação existentes nas estruturas e no funcionamento das instituições públicas, em especial no mercado de trabalho.

No mesmo sentido, Therbörn (2006) acredita que a crescente individualização das sociedades e ampliação da autonomia pessoal, especialmente das mulheres, e as transformações nos padrões de conjugalidade e família, bem como a autonomização da sexualidade, têm levado, mesmo com sinais contraditórios, mas persistentes, a um declínio das estruturas patriarcais de ordenamento das relações privadas e da lógica que preside a dinâmica da esfera pública.

Hoje, graças à disseminação de métodos contraceptivos modernos, à inserção em grande escala das mulheres no mercado de trabalho e à maior escolarização feminina, nota-se que as trajetórias das mulheres são mais similares às dos homens em termos de acesso

à educação, opções profissionais e conjugais. Ainda que se saiba que as mulheres estão definitivamente nos espaços públicos do mundo do trabalho e da política, em nenhum país os homens compartilham, na mesma proporção, os espaços privados e as responsabilidades da reprodução social, ou seja, da esfera que as economistas feministas definem como a “economia do cuidado”. Ou seja, apesar da inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho, na maioria dos casos, isso não as isentou nem reduziu a jornada delas com o trabalho doméstico, criando então jornadas duplas ou até mesmo tripas, caso em que inclui também o cuidado com os filhos (Sorj et al. 2007; Alves; Corrêa, 2015).

Muitas teorias foram criadas buscando explicar justamente essa divisão sexual do trabalho numa perspectiva de gênero. As análises feministas tidas como clássicas, mais estruturalistas, desenvolvidas na década de 1970, têm como referência a importância do patriarcado e do capitalismo enquanto estruturas de opressão e de subordinação das mulheres na esfera pública, designadamente no mercado de trabalho, e no domínio privado. Várias foram as críticas feitas a estas ideias, dentre as quais se destaca o fato de serem muito economicistas e não questionarem a diferença social entre os sexos, as relações de poder no contexto familiar e organizacional, a discriminação sexual e entre outros aspectos. A partir dos anos de 1980, inicia-se um período de mudança das análises feministas, também chamado de pós-estruturalista e pós-moderno, em que novos temas aparecem no discurso das desigualdades de gênero. Com uma abordagem mais construtivista, buscando entender como homens e mulheres constroem/desconstroem as suas identidades no decurso das interações que desenvolvem entre si. Nesse período, estas abordagens procuram ultrapassar as limitações das teorias individualistas, as quais explicavam a segregação sexual a partir das opções e escolhas dos indivíduos, para analisar a interdependência entre as opções/escolhas e os constrangimentos (ou oportunidades) estruturais. Ou seja, os estudos passaram a articular a dimensão estrutural com a relacional (ação social), o sistema societal, o contexto institucional e a importância do Estado e do sistema cultural nas relações de gênero (Casaca, 2009).

Nesse último grupo de teorias, pode-se utilizar as ideias desenvolvidas por Esping-Andersen (2009), o qual tenta explicar essa posição inferior e ambígua das mulheres no mercado de trabalho. Essa difícil articulação entre família e trabalho para as mulheres seria resultado de uma “revolução incompleta de gênero”. Nesta teoria distingue-se a igualdade de gênero[†] em nível individual (educação, participação no mercado de trabalho) e em nível das instituições familiares (disponibilidade de creches, licença maternidade, divisão do trabalho doméstico). A primeira parte da ideia sugere que a revolução de

[†] Igualdade de gênero significaria ao mesmo tempo “a) o direito das mulheres em serem pessoas “como todas as outras” mediante a proibição de qualquer discriminação que as constitua como grupo a parte”; b) a possibilidade, para as mulheres, de serem reconhecidas e aceitas “como são”, isto é, com suas diferenças em relação aos homens; enfim, e sobretudo, o direito de cada mulher de exprimir as particularidades que fazem delas “indivíduos diferentes de todos os outros (mulheres e homens)”, acesso à sua dignidade como indivíduo, e de sua contribuição única e insubstituível à vida comum” (Hirata, et al., 2009 p.121).

gênero tem sido quase total na maior parte dos países e tem alterado os papéis das mulheres no nível individual, como na educação, na participação no mercado de trabalho e na vida pública. Por outro lado, a segunda parte dessa revolução, voltada para a família, estaria acontecendo em um ritmo muito mais lento e em poucos países. O principal argumento do autor é de que essa revolução incompleta estaria causando um sério desequilíbrio na sociedade, além de problemas que interferem diretamente na dinâmica demográfica, tais como: discrepância entre fecundidade desejada e observada com mulheres tendo menos filhos, menos investimentos para essas crianças e envelhecimento populacional.

A organização e decisão familiar baseada no modelo patriarcal ainda persiste, mesmo perante famílias de duplas rendas, especialmente para as classes sociais mais baixas (McDonald, 2000; 2013). Esse panorama tem sido observado em todo o mundo. O estudo de Alvarez e Miles (2003) sobre a distribuição desigual do trabalho doméstico entre os cônjuges que trabalham, na Espanha, mostrou que a probabilidade de igualdade na partilha do trabalho doméstico é pequena, sendo maior a probabilidade de as esposas fazerem a maior parte das tarefas domésticas. Os resultados sugerem ainda que uma parte importante da alocação das tarefas domésticas depende muito mais das questões de gênero (como o contexto cultural de gênero vivenciado pelo casal ou a visão histórica do processo de divisão de tarefas domésticas na família) do que das diferenças nas características observáveis dos cônjuges (educação, condições no mercado de trabalho, renda, etc). Ou seja, nesse caso, a aproximação entre homens e mulheres em termos de educação e condições no mercado de trabalho não necessariamente os igualou na esfera doméstica. Portanto, é o conjunto de normas, valores e outros processos sociológicos e psicológicos dos sistemas de gênero que transcende e gera a assimetria na distribuição de tarefas domésticas entre homens e mulheres.

Miettinen et al. (2011) destacam que, embora a política social tenha aliviado consideravelmente a dupla sobrecarga das mulheres, fornecendo mecanismos de acolhimento a crianças e idosos, a revolução de gênero não é dada de forma completa entre as famílias finlandesas. Os homens têm aumentado gradualmente a sua participação no trabalho doméstico e, especialmente, nos cuidados com as crianças, mas as mulheres continuam a desempenhar maior parte das tarefas domésticas. Em muitos casos, a divisão mais igualitária em casa é resultado do aumento da escolaridade das mulheres, ou da diminuição das mulheres mais jovens, ou ainda, da terceirização de tarefas domésticas, e não do aumento, de fato, da participação dos homens nos afazeres domésticos.

No Brasil os estudos têm mostrado um modelo persistente de divisão sexual do trabalho doméstico e cuidados com os filhos, pois há uma forte presença das mulheres nestas atividades em relação aos homens (Sorj, 2004; Bruschini; Ricoldi, 2012; Itaboraí, 2016; Oliveira; Marcondes, 2016). Qualquer que seja a condição na família, as mulheres participam com maior intensidade e gastam um número de horas muito mais elevado do que os homens em tais atividades. A crescente participação das mulheres no mercado de

trabalho não as isentou nem reduziu a jornada delas com os afazeres domésticos. Pelo contrário, nas faixas etárias onde a inserção das mulheres no mercado de trabalho é maior e que coincide com a presença de filhos menores, a intensidade do trabalho doméstico ainda é mais elevada. Apesar da jornada das mulheres no mercado de trabalho ser menor, a carga de trabalho semanal total delas supera a dos homens em quase 5 horas. Vale ressaltar a condição de desvantagem das mulheres não somente em horas de trabalho, sobretudo pela falta de reconhecimento social de seu trabalho no âmbito da família, bem como a dificuldade de conciliar suas atividades no mercado de trabalho e na família. A baixa oferta de aparato social como creches, por exemplo, dificulta ainda mais a participação das mulheres no mercado de trabalho. Não observa-se um compartilhamento das atividades domésticas das mulheres com os cônjuges, pelo contrário, fatores reforçam essa desigualdade de gênero, como a baixa participação dos meninos no trabalho doméstico, ou seja, desde cedo se constrói a idéia de que o trabalho doméstico é uma tarefa para as mulheres (Soares; Sabóia, 2007).

Marri & Wajman (2007) mostram que a condição de uma mulher ser escolarizada, mais velha e estar em ocupações com maior prestígio social aumentam a probabilidade desta mulher, em um casal, ser a provedora financeira, ao mesmo tempo em que famílias situadas no quartil mais baixo da distribuição de renda também apresentam maior probabilidade de terem a esposa como principal provedora. Contudo, ser provedora, não qualifica a mulher para que seja dispensada de parte significativa dos afazeres domésticos. O tempo despendido pelo marido nestes trabalhos praticamente não muda com relação à sua maior ou menor participação no orçamento familiar e corresponde, aproximadamente, à metade do tempo gasto pelas esposas. Para as autoras, estas mulheres acabam sendo duplamente penalizadas, porque, do ponto de vista doméstico, apesar de serem as provedoras financeiras, isto não as libera das tarefas familiares tradicionalmente femininas.

Alves et al. (2010) também mostram que o número de horas dedicadas pelos homens nos afazeres domésticos no Brasil é muito pequeno (são responsáveis por menos de 15% dessa função). Já entre os casais DINC (*Duble income no children*, ou, com dupla renda e sem filhos) essa participação atinge 25%, muito superior à proporção dedicada pelos homens nos demais tipos de família. Por este motivo as mulheres nesse tipo de arranjo dedicam mais tempo ao trabalho produtivo que as demais, pois despendem menos tempo com os afazeres domésticos, seja por não possuírem filhos para cuidar, seja pela maior participação dos seus parceiros nas atividades domésticas. Também o total de horas dedicadas aos afazeres domésticos entre casais DINC é menor que entre os outros, onde o tempo aumenta em decorrência do aumento do número de filhos. O artigo ainda revela que quanto maior o número de filhos da família menor é o tempo dos cônjuges masculinos dedicado aos afazeres domésticos. Ou seja, o maior número de filhos sobrecarrega ainda mais as mulheres, onerando mais a sua dupla jornada.

Todos estes são fatores considerados decisivos no processo que têm levado à contestação de valores e instituições sociais, pautadas na assimetria de gênero,

evidenciando, cada vez mais, as ambiguidades, os conflitos e as negociações que emergem nas relações estabelecidas entre homens e mulheres. Além disso, o empoderamento das mulheres na tomada de decisão da família é um dos aspectos centrais nos estudos das diferentes formas de organização da vida familiar na perspectiva de gênero e um dos menos explorados (Garcia; Oliveira, 2011).

Nesse sentido, este artigo investiga as relações de gênero vivenciadas por casais de alta escolaridade em Belo Horizonte (MG) com relação à tomada de decisão nos cuidados com os filhos e tarefas domésticas, buscando elucidar a satisfação de cada parceiro com a situação vivenciada, identificando possíveis tensões e desigualdades nessas percepções.

Aspectos metodológicos

Este estudo utilizou a metodologia qualitativa para o entendimento do fenômeno pesquisado. Foi realizado um estudo de caso, o qual segundo Yin (1994) é adequado para compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, em que é possível identificar o “como?” e o “por quê?” da dinâmica de um fenômeno, em que se busca um aprofundamento nos temas de interesse.

Os dados foram coletados a partir de uma pesquisa de campo com aplicação de um mini questionário e entrevistas individuais em profundidade a casais em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, no período de julho a setembro de 2013. Este mini questionário era composto por perguntas idênticas àquelas utilizadas na “Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança” sobre tomada de decisão quanto às principais atividades cotidianas da família, bem como divisão das atividades domésticas e cuidados com os filhos pelos casais. Já as entrevistas buscaram levantar toda história de vida desses indivíduos, captando as relações de gênero vivenciadas entre os casais e a satisfação dos mesmos quanto à divisão de poder, cuidados com os filhos e trabalho doméstico. Para isso foi utilizada uma escala de pontos, na qual os entrevistados fizeram sua auto avaliação e a avaliação do parceiro quanto à esses quesitos de compartilhamento. Essa pontuação variou de 0 a 10, sendo que a nota zero correspondia à total falta de divisão do trabalho doméstico e cuidados infantis e, conseqüentemente, insatisfação com essa situação e a nota 10 correspondia a total divisão destas funções e com isso total satisfação com a situação vivenciada pelo casal.

Foram entrevistados 62 indivíduos, compondo então 31 casais, em que a mulher, utilizada como âncora, tinha entre 35 e 44 anos e possuía graduação completa ou mais. Entre estes casais 12 não tinham filhos, 11 tinham um filho e 8 tinham dois filhos. Entre aqueles que já tinham filhos, em metade deles, as mulheres se tornaram mães antes dos 35 anos e, na outra metade, depois dos 35 anos. Como apontado anteriormente, a escolha por casais de alta escolaridade e com menor número de filhos foi devido à expectativa de que estes seriam casais com maior igualdade de gênero na relação, em que tanto o trabalho

doméstico, tomada de decisões e cuidados com os filhos estariam sendo divididos mais igualmente entre os cônjuges.

As entrevistas foram realizadas pela própria autora, a qual seguiu um roteiro semiestruturado, que permitiu um diálogo mais ativo por parte dos entrevistados e um aprofundamento dos temas de interesse da pesquisa. No início do recrutamento dos entrevistados foi levado em consideração o critério de conveniência (indicação de possíveis entrevistados por pessoas conhecidas, respeitando o fato de que a pesquisadora não conhecesse anteriormente os entrevistados) e, logo depois, foi utilizada a técnica Bola de Neve, onde os próprios participantes sugeriram outros possíveis casais para serem entrevistados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e interpretadas a partir da análise de conteúdo. Os participantes –com nomes fictícios– foram identificados pelo número de filhos e idade, de forma que o leitor tenha certeza de que as falas utilizadas refletem opiniões que vêm de diferentes pessoas e não de uma mesma. As falas dos entrevistados estão apresentadas sempre em itálico e entre aspas (ex. “*fala do entrevistado*”). Já as interferências e questionamentos do entrevistador estão sinalizados entre colchetes (ex. [fala minha]) e o que aparece esporadicamente entre parênteses no final da identificação do entrevistado são informações adicionais que ajudam a entender o contexto daquele participante. Toda a pesquisa que subsidia este estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

Perfil dos entrevistados

Com relação ao perfil sociodemográfico dos participantes, levando em conta todos os requisitos para a seleção dos entrevistados, observou-se que estes apresentaram uma idade média de 39,3 anos, sendo que as mulheres tinham em média 37,9 anos e os homens 40,7 anos, corroborando o fato de, geralmente, os homens casarem-se com mulheres mais novas e as mulheres preferirem trocar alianças com homens mais velhos (IBGE, 2011). No que diz respeito à raça/cor, a maioria dos entrevistados (42 deles) se autodeclarou branco e 20 entrevistados se classificaram como pretos ou pardos. Quanto à escolaridade, devido a questões justificadas anteriormente, todas as mulheres possuíam nível superior completo, sendo que seis possuíam mestrado/doutorado, enquanto que entre os homens apenas três deles tinham a mesma instrução e cinco possuíam apenas o ensino médio incompleto/completo. Estes dados mostram claramente a maior escolaridade feminina em relação aos homens, corroborando os dados do Brasil como um todo (IBGE, 2011).

Em relação ao trabalho, praticamente todos os entrevistados exerciam atividade remunerada, com exceção de quatro - três mulheres e um homem - que encontravam-se desempregados. Em três destes casos, a justificativa para tal situação era uma questão opcional; no caso das mulheres, uma optou por cuidar dos filhos pequenos e a outra estava muito esgotada pelo trabalho e como está tentando engravidar preferiu continuar sem trabalhar. E no caso do homem não estava procurando emprego porque estava cuidando do sogro doente. No outro caso, a mulher disse estar à procura de emprego. A

renda média mensal do trabalho foi de R\$6400,00, sendo que para as mulheres essa renda foi de R\$5824,00 e para os homens de R\$6982,00. A renda média dos entrevistados é bastante superior à renda média nacional (R\$1202,00) e a diferença da renda média entre homens e mulheres foi bastante similar à encontrada na população brasileira como um todo (a renda das mulheres corresponde a 70% da renda dos homens no Brasil e, entre entrevistados, esta diferença foi de 76%) (IBGE, 2011). A renda elevada encontrada entre os entrevistados é bastante compatível com a escolaridade e profissões do grupo entrevistado. Estas variam entre servidores públicos (11 entrevistados), empresários/autônomos (9 entrevistados), profissionais liberais (18 entre advogados, médicos, dentistas, contadores, educador físico, entre outros), professores (em todos os níveis), gerentes etc.

A maioria dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, estavam vivenciando a primeira união; uma entrevistada e cinco homens já estavam vivenciando a segunda união e apenas um estava no quarto casamento. A idade média da união atual foi de 31,2 anos, sendo que para as mulheres a média foi de 29,9 anos e 32,6 anos para os homens, ou seja, bem acima da média brasileira (IBGE, 2011). O tempo de união foi bastante diversificado, em média, as uniões tinham uma duração de 8 anos, sendo que foram entrevistados dois casais recém-casados (menos de 1 ano de união) e dois casados com mais de 20 anos de casados. Com relação à idade média à (pa)maternidade esta foi de 32,7 anos para ambos os sexos, sendo que para as mulheres foi de 32,4 anos e para os homens de 33,0 anos. Dos entrevistados, 10 mulheres e 8 homens tiveram seus filhos antes dos 35 anos, e curiosamente com maior idade para as mulheres, em média aos 28,9 anos e 26,3 anos, respectivamente. E entre aqueles que foram pais depois dos 35 anos, teve-se um comportamento mais esperado (homens mais velhos que as mulheres), pois a média de idade foi de 36,1 anos para as mulheres e 38,3 anos para os homens. Estes dados mostram que o grupo analisado tem características bastante diferenciadas da população brasileira como um todo, na qual as mulheres apresentam uma idade média para a maternidade de aproximadamente 26,5 anos (IBGE, 2011). Estes perfis de nupcialidade e fecundidade dos entrevistados são reflexos da elevada escolaridade do grupo e conseqüentemente da renda, porque sabe-se que no Brasil estas variáveis estão altamente correlacionadas com adiamento das uniões e (pa)maternidade (IBGE, 2011).

Resultados e discussões

Uma das variáveis importantes para verificar a igualdade de gênero na relação é o poder de decisão que cada indivíduo tem sobre o dinheiro que recebe do seu trabalho (Tabela 1). De modo geral, observa-se que, entre os entrevistados, essa decisão é predominantemente conjunta (42,1% dos casos) e, ao contrário do que se espera, a mulher aparece em segundo lugar como a responsável por esta decisão, indicando que possivelmente em alguns casos ela também decide o que fazer com o dinheiro que o companheiro recebe. Analisando as respostas por sexo nota-se que isso de fato acontece, pois entre as mulheres esta decisão é tomada por ela ou em conjunto, e em nenhum caso, pelo marido, independentemente do tipo de arranjo. Já nas respostas dos

homens, em dois casos a mulher decide o que fazer com o dinheiro que ele recebe do trabalho, mas na maioria das vezes a decisão é conjunta, exceto no arranjo casal com um filho.

Tabela 1– Distribuição percentual dos entrevistados segundo quem decide o que fazer com o dinheiro que ela/ele recebe (N=58*)

Variáveis		ela decide	ele decide	ambos decidem
Total	No questionário da mulher, ela disse que...	66,8	0,00	33,3
	No questionário do homem, ele disse que...	3,3	46,8	50,0
	Geral	33,3	24,6	42,1
casal sem filhos	No questionário da mulher, ela disse que...	70,0	0,0	30,0
	No questionário do homem, ele disse que...	0,0	33,3	66,8
	Geral	30,43	17,4	52,2
casal com um filho	No questionário da mulher, ela disse que...	80,0	0,0	20,0
	No questionário do homem, ele disse que...	9,1	63,6	27,3
	Geral	42,9	33,3	23,8
casal com dois filhos	No questionário da mulher, ela disse que...	42,9	0,0	57,1
	No questionário do homem, ele disse que...	0,0	42,9	57,1
	Geral	21,4	21,4	57,1
Fonte: Elaboração própria.				
* Nota: Foram excluídos os entrevistados que encontravam-se desempregados				

Estes resultados indicam que, por se tratar de mulheres em média mais escolarizadas e que estão inseridas no mercado de trabalho, possuiriam maior autonomia quanto à decisão com o seu dinheiro. Entretanto, é preciso olhar com cautela esses resultados, uma vez que, assim como destacado por Fonseca (2004), essa independência das mulheres em administrar o seu dinheiro e até mesmo o dinheiro do marido pode acabar por isolar os homens da tomada de decisões nos domicílios, devido principalmente aos homens não terem o mesmo comprometimento com as famílias como as mulheres têm. Já os resultados de acordo com o número de filhos indicam que há maior compartilhamento desta decisão entre os casais com dois filhos (57,1%) e por outro lado, as mulheres detêm mais esta decisão no arranjo de casal com um filho (42,9%) e os homens sem filhos são aqueles que menos decidem o que fazer com o dinheiro que recebem (17,4%).

Outra variável importante é o poder de decisão sobre algumas ações no dia-a-dia do casal e como a divisão destas tarefas é percebida pelos indivíduos. Assim, a partir do mini questionário aplicado aos entrevistados, a Tabela 2 revela que existem diferenças importantes quanto à percepção de quem faz o quê na família. Com relação às decisões que envolvem a própria saúde as mulheres identificaram-se em 77,4% dos casos como as próprias responsáveis, já os homens apenas 61,2% disseram o mesmo, e quase 25%

disseram que são as suas parceiras que tomam essa decisão por eles. O estudo de Schraiber et al. (2005) encontrou dados similares, onde entre homens casados existe uma dependência de suas esposas no que se refere aos cuidados com a sua própria saúde. O que leva o casamento a ser um fator de proteção em uma variedade de doenças, o que não acontece para as mulheres. Ainda com relação à saúde, agora dos filhos, a tabela 1 revela que as entrevistadas acreditam que são elas próprias as que mais tomam essas decisões, contudo, os homens acham que essa decisão é realizada, na maioria das vezes, de forma conjunta e, raramente são os únicos responsáveis por tais atividades (menos de 6%). Isso mostra uma percepção diferenciada em relação aos cuidados com os filhos e como ainda é forte a relação mulher-cuidado em que as práticas são naturalizadas como sendo atribuição feminina (Gutierrez; Minayo, 2010).

Interessante observar ainda na Tabela 2 que no que se refere às decisões sobre compras de grande valor, estas são as mais compartilhadas. Nota-se ainda que as mulheres acreditam, mais do que os próprios homens disseram, que os parceiros tomam essa decisão sozinhos. Já com relação às decisões sobre as necessidades diárias quase 55% das mulheres percebem essa atividade como de sua responsabilidade, contudo somente 39% dos homens tiveram a mesma percepção, pois para 48% deles, essa decisão é feita por ambos. Surpreendentemente, para as decisões sobre a comida que se prepara diariamente, houve plena concordância entre homens e mulheres sobre quem tomava essa decisão: na média, eles e elas conseguiram se dar o mesmo percentual de responsabilidade, com grande predominância das mulheres nessa atividade (quase 65% dos casos elas decidem sozinhas). Estes resultados são muito instigantes, pois, apesar de se tratar de casais em que as mulheres e homens eram bastante escolarizados ficou bastante evidente que a participação dos companheiros é muito mais intensa nas decisões que envolvem recursos financeiros, ou seja, nas compras – tanto aquelas de grande valor ou de necessidades diárias/básicas para a casa –, do que para as questões de cuidado e saúde. Estes resultados coincidem com os achados de Alvarez e Miles (2003) e Miettinen et al. (2011), os quais mostraram que o igualitarismo de homens e mulheres em termos de educação e condições no mercado de trabalho não necessariamente os iguala em relação à distribuição das atividades domésticas e cuidados com as crianças

Com relação às diferenças de acordo com o tipo de família (Tabela 2), observa-se que os casais sem filhos parecem ser aqueles com a maior percepção de cuidado mútuo com a saúde e de menor associação desta decisão à mulher. O cuidado com a saúde das crianças parece ser mais compartilhado entre os casais com dois filhos do que aqueles com apenas uma criança e a decisão sobre as compras de grande valor é 100% conjunta entre os casais com dois filhos. A tomada de decisão sobre as compras e comida diárias, apesar de ser majoritariamente realizada pelas mulheres em todos os tipos de família, os homens em relacionamentos sem filhos se destacam entre os demais como sendo os que tomam essa decisão (16,67 % em ambos os casos). Como já apontado pela literatura (Alves et al., 2010) a participação dos homens em famílias DINC nos afazeres domésticos, apesar de ainda pequena, é muito superior ao desempenhado pelos homens

de outros arranjos familiares. De forma geral, as mulheres detêm maior poder decisão nas atividades diárias da família, contudo a percepção dos homens e delas próprias sobre isso é distinta, com os homens percebendo a tomada de decisões muito mais compartilhadas do que te fato são para as mulheres.

Tabela 2 – Distribuição percentual dos entrevistados segundo quem toma a decisão, tipo de família e sexo do respondente (n=62)

Variáveis		cuidado própria saúde	cuidado saúde crianças	compras grande valor	compras diárias	comida preparada diariamente	visitas à familiares
No questionário da mulher, ela disse que...	ela decide	77,4	47,4	6,5	54,8	64,5	12,9
	ele decide	9,7	10,5	12,9	6,5	9,7	3,2
	Ambos	12,9	42,1	80,7	38,7	19,4	83,9
	Outros	0	0	0	0	6,5	0
No questionário do homem, ele disse que...	ela decide	25,8	36,8	3,2	38,7	64,5	9,7
	ele decide	61,3	5,3	9,7	12,9	9,7	9,7
	ambos	12,9	57,9	87,1	48,4	19,4	80,7
	outros	0	0	0	0	6,5	0
casal sem filhos	ela decide	45,8	0	4,2	41,7	58,3	12,5
	ele decide	37,5	0	12,5	16,7	16,7	8,3
	ambos	16,7	0	83,3	33,3	25	79,2
	outros	0	0	0	0	0	0
casal com um filho	ela decide	54,6	54,6	4,6	54,6	63,6	13,6
	ele decide	31,8	9,1	18,2	4,6	0	4,6
	ambos	13,6	36,4	77,3	40,9	18,2	81,8
	outros	0	0	0	0	18,2	0
casal com dois filhos	ela decide	56,3	50	0	43,8	68,8	12,5
	ele decide	37,5	6,3	0	6,3	12,5	6,3
	ambos	6,3	43,8	100	50	12,5	81,3
	outros	0	0	0	0	6,3	0

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos resultados das notas dadas por cada entrevistado(a) a si mesmo e ao seu parceiro(a) sobre o compartilhamento do trabalho doméstico e cuidado com os filhos (TAB.3) observa-se que, no geral, foram boas, pois a média foi de 8 em uma escala de 10 pontos. O que já era esperado, uma vez que a maioria dos casais não quer demonstrar insatisfação com as atitudes do parceiro para pessoas de fora. Contudo, houve algumas particularidades interessantes: as notas das mulheres foram mais elevadas, tanto quando foram dadas pelos parceiros quanto por elas mesmas, exceto para o tipo de arranjo casal

com dois filhos, no qual as mulheres deram uma média de nota maior para os esposos do que para elas mesmas. Os homens tenderam a dar notas mais elevadas para as mulheres e mais baixas para eles mesmos, mais baixas inclusive em relação às notas dadas por suas parceiras. O arranjo em que houve a menor média de notas foi o de casal sem filhos, em que foram dadas as piores notas tanto para os homens, na maioria dos casos, quanto para parceiras, em que houve desde zero e um para o esposo e 4 e 5 para a parceira. Contrariamente, o arranjo com maior média de notas foi aquele com um filho, no qual as mulheres foram melhor avaliadas pelos esposos. Todavia, foi no tipo de arranjo com dois filhos que os homens receberam as maiores notas pelas esposas, dado que neste tipo de arranjo o compartilhamento das tarefas e cuidados com os filhos parece ser mais homogêneo.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos entrevistados de acordo com as notas médias que as entrevistadas e os parceiros mereciam com relação à divisão das tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, segundo sexo do entrevistado e tipo de arranjo familiar (n=62)

Respostas dos casais	casais sem filhos		casais 1 filho		Casais 2 filhos		Média geral por sexo
	ela merece	ele merece	ela merece	ele merece	ela merece	ele merece	
Notas que as mulheres acham que...	7,6	6,7	8,8	8,3	8,2	8,9	8,1
Notas que os homens acham que...	8,8	6,5	9,5	7,4	9,1	7,4	8,1
Média geral dos arranjos	7,1		8,1		7,8		8,1

Fonte: Dados das entrevistas em profundidade

Além da avaliação por meio da nota sobre a auto-percepção e a percepção do parceiro sobre a divisão do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, também foi questionado aos entrevistados, no momento da entrevista, o motivo de atribuir-se aquela nota na avaliação.

Como as mulheres se avaliaram?

As mulheres entrevistadas, na maioria dos casos, se deram notas maiores do que as notas dadas aos parceiros, contudo, a grande maioria, não se achou no “direito” de se darem nota dez, pois não se consideravam merecedoras. É curioso observar que em todos os casos a justificativa para não se darem a nota máxima parece estar relacionada às questões que remetem ao tipo de criação e cultura de gênero que estas mulheres foram criadas, em que, apesar de serem muito escolarizadas, sofrem uma auto-pressão por não desempenharem perfeitamente as funções socialmente colocadas e impostas a

elas, como por exemplo, preparar a melhor refeição para a família, cuidar perfeitamente da organização das coisas do marido, etc. Essas mulheres, assim como destacado por Bruschini e Ricoldi (2008), encaram a realização de tarefas domésticas como uma obrigação.

“Porque eu acho que eu tenho mais iniciativa para poder fazer, para poder pegar, colocar, tirar a roupa que ele deixa às vezes no banheiro, no quarto... Mas também não é dez porque eu acho que dez é muito perfeito, e eu não sou perfeita, tem dia que eu não estou a fim de pegar [a roupa no chão]” (Amélia, sem filhos, 35 anos).

“Tudo que tem que fazer eu faço, eu cumpro as tarefas, mas tem aquela coisa assim, uma pessoa que trabalha a semana inteira fica cansada, então tem coisas que... Por exemplo, comida, às vezes a gente compra comida fora para facilitar”. (Izabel, 2 filhos, 36 anos).

Um fato interessante e recorrente foi que algumas mulheres reduziram a sua nota devido à percepção de que são muito exigentes com seus parceiros, pois gostam que as coisas sejam feitas do jeito delas e, como os parceiros não o fazem, atraem para si a realização das tarefas domésticas. Também foi curioso que algumas mulheres, especialmente de parturição dupla, apontaram a falta de tempo de dedicação aos seus filhos como um motivo para baixar a sua avaliação, demonstrando certa “culpa” por não serem as mães que elas gostariam, ou que são cobradas a serem. Muitos estudos já demonstraram esse conflito entre ser profissional e continuar cuidando dos filhos e do lar, o qual gera um sentimento de culpa nas mães por ficarem longe de seus filhos, as quais vinculam qualquer problema que ocorra com seus filhos diretamente à sua ausência (Averbuch, Anele e Arlaque, 1995).

“Mas tem coisas que eu pego muito mais para mim para fazer do tipo lavar roupa. Antes ele lavava mais, mas agora quase que não deixo porque não lava do jeito que eu gosto, não pendura do jeito que eu gosto.” (Samantha, 2 filhos, 35 anos)

“Eu acho que eu ainda tenho muito que aprender. Eu perco a paciência com eles no dia que eu durmo pouco, eles não têm culpa. Eu perco a paciência, eu grito”. (Raquel, 2 filhos, 38 anos).

Por fim, também houve uma minoria mulheres que se deram notas menores do que deram para os seus esposos e, nestes casos, elas reconheceram que não compartilhavam as tarefas domésticas com seus parceiros, especialmente as mulheres sem filhos. É oportuno mencionar que algumas delas demonstraram sentirem-se um pouco frustradas com esta situação, tanto porque recebem muitas críticas de sua rede social quanto pelo fato de existir uma frustração delas próprias, em virtude das regras sociais tradicionais que as reprimem e pressionam. Na fala de Ana Maria, percebe-se que as representações dos “papéis” que homens e mulheres unidos devem desempenhar na vida social ainda são muito rígidos na visão destas mulheres. O que corrobora de certa

forma com os dados de Araujo e Scalón (2005) em que haveria por parte das mulheres maiores expectativas de compartilhamento na convivência do que de fato uma cultura de compartilhamento.

“Igual eu falei, eu me sinto um pouco incomodada com essa situação dele tomar mais conta da casa. Não tem jeito, a gente fica com isso na cabeça de que é papel da mulher.” (Ana Maria, duas filhas, 39 anos).

O que os homens disseram com relação à sua própria avaliação?

Independentemente do tempo de casamento e da parturição, a falta de iniciativa foi o motivo mais comum apontado pelos homens para justificar a sua baixa contribuição nas tarefas domésticas e cuidados com os filhos. De certa forma, as falas abaixo demonstram certa invisibilidade dos afazeres domésticos para os homens, e por outro lado, a constante lembrança que ele existe por parte das mulheres. Entre os recém-casados, todos casais sem filhos, a justificativa unânime para a nota ruim foi a falta de costume em desenvolver esse tipo de atividade, o que os impossibilitava de ter a iniciativa para tais tarefas.

“Acho que é porque eu morei sozinho e eu sempre tive a faxineira, então eu nunca me preocupei talvez em fazer limpeza, organizar. A faxina me atendia. Só que a própria louça, se já estava próximo do dia da faxineira ir eu deixava para o dia. Então eu mesmo não fazia. Não tive o hábito de fazer. Hoje a Joice gosta de estar com a casa mais limpa. Se a faxineira não vem uma semana ela tem que limpar, e eu não fazia isso, por exemplo. Eu tenho um pouco de dificuldade. Talvez eu pudesse ajudar mais nesse ponto” (Humberto, sem filhos, 43 anos) Nota-se que ele se deu nota 4 e ela o deu nota 7.

“Porque é tipo isso, talvez eu não me envolva tanto em algumas coisas, deixo ela mais por conta disso. Eu acho que casa também, eu não fico muito preocupado em lavar, fazer essas coisas. Por exemplo, roupa, eu não faço nada com roupa, só joga no cesto ali e ela volta para o meu armário magicamente limpa e passada.” (Ronaldo, 1 filho, 35 anos) Nota-se que ele se deu nota 6,5 e ganhou 8.

Outros entrevistados apesar de reconhecerem que as parceiras eram mais responsáveis pelas tarefas e cuidados com os filhos, se deram notas razoáveis e bastante compatíveis com a avaliação feita pelas esposas. É curioso notar na fala de Henrique que, apesar de se dar uma nota baixa e esta ser reconhecida pela esposa, ele acredita que a sua colaboração nas atividades domésticas está acima da média do seu grupo de amigos. Essa comparação é bastante cômoda e possivelmente contribui para a estagnação da participação dos homens nesse ambiente.

“Porque, como eu te disse, eu acho assim, que a média das pessoas, umas que eu conheço hoje, fazem é menos do que isso, na minha opinião. Eu acho que tem mais para fazer, dá para avançar bem, mas não é um zero, um ou dois não. No meio é um caminho

bem bom, na minha opinião. Eu já considero que é mais que a média do público que eu conheço e que tenho por referência.” (Henrique, 2 filhos, 45 anos), Nota-se que ele se deu e recebeu nota 5.

O que elas pensam sobre a participação deles?

Na avaliação delas houve claramente argumentos diferentes para dois tipos de mulheres: aquelas que deram notas mais baixas para os parceiros em relação à sua própria nota e aquelas que deram notas superiores para seus esposos em relação à sua avaliação. No primeiro grupo, os argumentos foram bastante condizentes com a justificativa dos parceiros em que, na maioria dos casos, as mulheres apontaram a falta de iniciativa e a não percepção das tarefas domésticas como sendo também de responsabilidade deles.

“Porque eu acho que ele poderia fazer mais e não faz. Ele é mais tranquilo em relação a essas obrigações de casa, ele não quer se sentir obrigado a fazer alguma coisa, para ele está tudo bem.” (Amélia, sem filhos, 35 anos).

“Porque não tem iniciativa, não consegue se sentir responsável por essas coisas [do lar].” (Lúcia, 2 filhos, 43 anos).

Outra justificativa para as avaliações ruins atribuídas aos parceiros foi a limitação e a seletividade da participação masculina na vida doméstica, ou seja, eles se limitam a realizar somente determinadas tarefas. Esses achados corroboram o estudo de Abreu e Sorj (2002) citado por Sorj (2004) que mostram que a presença dos maridos é mais marcante em atividades que envolvem interação, como cuidar de crianças ou que representem uma mediação entre a família e o mundo público, como fazer compras para casa e levar as crianças à escola. O envolvimento dos homens tende a diminuir à medida em que as atividades implicam trabalho manual, rotineiro e solitário, ou seja, eles tendem a desenvolver tarefas que são socialmente mais valorizadas. As falas abaixo mostram exatamente esta percepção pelas parceiras de que homens tendem a considerar certos trabalhos domésticos como sendo de responsabilidade de mulheres, indicando que, mesmo entre casais com alta escolaridade, ainda predomina esta visão sexista.

“Porque ele faz as coisas que ele mais gosta, as coisas que ele não gosta ele não faz não. Por exemplo, lavar banheiro, nunca que eu vou esperar dele lavar banheiro, a não ser que eu esteja passando por algum problema de saúde...” (Paula, sem filhos, 35 anos);

“Porque eu acho que tem coisas que ele não faz, se eu estou em casa ele não faz. Tipo, tem que trocar uma fralda fedorenta, se eu estou em casa ele não faz.” (Samantha, 2 filhos, 35 anos).

Foi bastante claro nas falas que essa não-divisão e compartilhamento desigual das tarefas domésticas e cuidados com os filhos com os parceiros acabam por deixar as entrevistadas cansadas e sobrecarregas. Pois estando inseridas no mercado de trabalho,

muitas delas acabam por desempenhar a dupla jornada. Soares (2004) também mostrou que as mulheres reclamam do peso da dupla jornada e reivindicam o fim das discriminações, neste caso, da divisão de responsabilidade no cuidado dos filhos e da casa com os parceiros.

“Se o menino adoecer é a mãe que acorda, a mãe que vê, que levanta e tudo. Então, assim, por isso que a nota é 4, porque a gente fica sobrecarregada mesmo. Falta mais participação, mais presença [do parceiro]”. (Lara, 1 filho, 37 anos)

O que os homens disseram com relação à nota dada à esposa?

A grande maioria dos entrevistados deu notas superiores para suas esposas em relação às suas próprias notas, uma vez que reconheceram que elas dominavam nesse aspecto. Paralelamente, tiveram alguns casos em que os maridos, mesmo dando notas superiores para as parceiras, preferiram destacar os motivos que os levaram a não darem notas maiores para estas. Na fala de Ronaldo, pode-se verificar estes motivos, que aparentemente podem ser considerados bem pequenos, mas que interferem na visão que eles possuem do desempenho das parceiras quanto aos cuidados com os filhos e com a casa. Houve outro grupo de parceiros (exemplo na fala de Augusto) que deram notas boas para as esposas e reconheceram que o maior peso das tarefas ficava com elas, contudo destacaram alguns problemas que decorrem do fato das esposas ficarem muito estressadas com organização, ou serem perfeccionistas demais com a arrumação e com isso acabarem por limitar a atuação deles e/ou tornar a relação tensa. Bruschini e Ricoldi (2012) afirmam que a ideia dos homens sobre sua capacidade de desenvolver as atividades domésticas gira em torno de certa inabilidade a esse tipo de tarefa, por mais que eles tentem e sejam pressionados, nunca conseguirão executar os afazeres domésticos da maneira idealizada pelas esposas.

“Acho que mais as coisas dele mesmo (o filho), não é perfeito. Às vezes pego uma calça, ponho uma calça nele e a calça está curta. Eu falo: ‘Pô, porque você não jogou essa calça fora? Porque não comprou uma calça nova?’”. (Ronaldo, 1 filho, 35 anos).

“Melhor do que eu, mas ela se cobra muito, muito, muito. Isso torna as coisas difíceis... ‘Te daria um dez se você fosse mais relaxada’”. (Augusto, 2 filhos, 40 anos).

Por fim, há casos em que os parceiros deram notas iguais para si e suas esposas justificando essa escolha por perceberem que havia uma divisão equitativa das tarefas domésticas e cuidados com os filhos. E em menor proporção, maridos que deram notas ruins e/ou menores para as esposas em relação à sua auto avaliação. Nestes casos eles apontaram a falta de iniciativa e percepção das esposas para as coisas que deveriam ser feitas e também reclamaram desta divisão desigual, como pode ser visto na fala do Juliano.

“Dez. acho que nós somos muito empataados. Os dois têm muita iniciativa para resolver as coisas e somos muito independentes e dependentes ao mesmo tempo.” (Murilo, 1 filho, 46 anos).

“Eu já falei isso com ela: ‘Você aproveitada da minha psicose, da minha neurose. Você sabe que eu sou neurótico, que eu vou lavar, vou fazer, então você não faz porque você sabe que eu vou pegar e fazer’... Eu não fico esperando muito que ela faça não, mas eu fico meio puto que ela não faça, eu brigo, xingo, mas...”. (Juliano, 1 filho, 53 anos).

Considerações finais

Este artigo buscou evidenciar as relações de gênero entre casais de alta escolaridade no que diz respeito à tomada de decisão de atividades cotidianas, ao compartilhamento dos cuidados com os filhos e tarefas domésticas. Tentou-se captar ainda a satisfação do casal com tal comportamento. Os dados, de modo geral, demonstram que as mulheres, em uma proporção muito superior aos homens, em diversas atividades, administram e decidem mais o que se faz e como se faz. Esses achados corroboram com o estudo feito por Covre-Sussai et al. (2014) onde os autores, a partir da análise sobre tomada de decisão em vários países da América Latina, afirmam que as mulheres mais escolarizadas tomam mais decisões de forma individual ou em conjunto com seus parceiros quando comparados com casais de baixa escolaridade e por isso concluem que esses seriam indicativos de que estes casais estariam vivenciando maior igualdade de gênero na família.

Se, por um lado, estes achados demonstram certo avanço quanto às relações de poder das mulheres mais escolarizadas, por outro, e de forma menos direta, revelam um reforço das desigualdades de gênero já existentes, um comodismo e, talvez, até um descaso por parte dos cônjuges em relação a estas atividades. Isso porque, assim como nos achados de Covre-Sussai et al. (2014), o poder de decisão das mulheres está mais relacionado às atividades cotidianas ou decisões domésticas de menor valor. E, nesses casos, parece haver certa delegação implícita de tais tarefas às mulheres, do tipo “Eu sou homem e não me aborreço com esses detalhes”. Assim, poderia se pensar que este tipo de indicador mediria precisamente o contrário do que aparentemente indica, ou seja, uma falta de empoderamento feminino, pois as mulheres continuam sem acesso à tomada de decisões relativas às questões de maior prestígio e ainda têm atribuídas a si uma gama de decisões que só reforçam os papéis tradicionais de gênero já existentes.

Observou-se que, mesmo entre os casais com alta escolaridade, a visão dos cônjuges sobre a divisão das tarefas, cuidados com os filhos e decisões que são tomadas pelo casal é bastante diferente para homens e mulheres, o que levou a diferenciais importantes de avaliação da relação conjugal, indicando que, nesses quesitos, os sinais de empoderamento das mulheres parecem ser bastante relativos. Apesar da auto-percepção da equidade de gênero na relação ter sido elevada por grande parte dos casais entrevistados, a maioria das mulheres não veem como positivo o fato delas se

responsabilizarem e serem apontadas pelos esposos como as mais responsáveis pelas tomas de decisões diárias, pois isto só contribui para a sobrecarga das atividades dessas mulheres. Essa carga desigual percebida pelas mulheres não somente relativa à distribuição do trabalho e cuidados infantis em si, mas também das responsabilidades e tomada de decisões como um todo é justamente o que Hirata et al. (2009) denomina de carga mental, ou seja, é o custo que reflete as dimensões materiais e as necessidades emocionais demandadas às mulheres em relação às atividades domésticas e tomada de decisões (Hirata et al., 2009). Isto ocorre porque a inserção social diferenciada de homens e mulheres tem sua origem e se legitima na divisão sexual do trabalho que, simultaneamente, distingue os trabalhos que são próprios aos papéis, ritmos e espaços de gênero, que os hierarquiza e lhes atribui valores diferenciados e estigmatizados.

Poucos casais entrevistados parecem vivenciar relações realmente equitativas e entre estes uma parcela importante das mulheres entrevistadas demonstrou sentir-se culpada ou não estar totalmente satisfeita com esta situação, especialmente por uma angústia própria, por parte delas mesmas, por acreditarem que não faziam tanto quanto poderiam ou por não atenderem ao que é esperado, sobretudo, em relação aos cuidados com os filhos. Tudo isso indica que, apesar da elevada escolaridade e da autonomia alcançada por meio dessa posição, o sistema de gênero presente no relacionamento conjugal de muitas entrevistadas ainda parece ser bastante tradicional. E por outro lado, fica implícito que o compartilhamento mais equitativo com o marido dos cuidados com os filhos e das tarefas domésticas ou a total delegação deste com as últimas, ao invés de reduzir as tensões de gênero, geram outras, pois algumas mulheres continuam sentindo que tais obrigações deveriam ser desempenhadas por elas.

Esses achados parecem dialogar com as discussões feitas por Oliveira (2003) que afirma que a entrada das mulheres no mundo do trabalho foi para elas uma transgressão e para os homens, uma concessão. Sendo assim, o sentimento de quem transgredir é a culpa; já quem fez a concessão para tal ato torna-se um credor. A autora acredita que é justamente essa situação que explicaria o fato de que as “mulheres aceitaram essa concepção falha de igualdade que, na prática, transformou-se num cheque sem fundos” (Oliveira, 2003, p. 3). Estes seriam os resultados da revolução incompleta de gênero vivenciada pelas mulheres, as quais vivenciam mudanças parciais com desigualdades persistentes.

Tudo isso reforça a importância dos sistemas de gênero, especialmente aqueles relacionados às relações conjugais, cuidados com os filhos e trabalho doméstico, para os estudos sobre empoderamento feminino e conciliação trabalho-família. É necessário refletir como as construções sociais ainda estão enraizadas na definição dos papéis femininos e masculinos, apesar dos aparentes avanços. Tudo isso, de forma direta ou indireta, interfere no processo de formação das preferências reprodutivas, na opção por ter ou não filhos e conseqüentemente nos níveis de fecundidade do país.

Referências bibliográficas

Alvarez, N.; Miles, D. (2003): "Gender Effects on Household Work Allocation". *Journal of Population Economics*, Vol. 16, No. 2., p. 227–242.

Alves, J. E. D., Cavenaghi, S.; Barros, L., F., W. (2010): *A família DINC no Brasil: algumas características sociodemográficas*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 33p. (Textos para Discussão)

Alves, J. E. D., Corrêa, S. (2015). "Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo", em *Brasil 15 anos após a Conferência do Cairo*. Campinas: ABEP/UNFBA.

Araujo, C.; Scalon, C. (2005): "Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil", em Araujo, C.; Scalon, C. (Orgs.): *Gênero, família e trabalho no Brasil*. RJ: Editora FGV.

Averbuch, A. R., Anele, A. M., Arlaque, P. C. (1995): "Mulher e trabalho: aspectos do cotidiano da vida de mulheres que trabalham no espaço público", em *PSICO*, Vol. 26, No. 1, p. 29-40.

Bruschini, M. C. A.; Ricoldi, A. M. (2012): "Reverendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico", em *Estudos feministas*, Vol. 20, No. 1, p. 259-287, jan./abr.

Casaca, S. F. (2009): "Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho", em *SOCIUS Working Papers*, No. 04.

Covre-Sussai, M. et al. (2014): "Measuring gender equality in family decision making in Latin America: A key towards understanding changing family configurations", em *Genus*, Vol. 69, No. 3.

García, B.; Oliveira, O. (2011): "Family Changes and Public Policies in Latin America", em *Annual Review of Sociology*, Vol.37, No. 11, p. 593–611.

Esping-Andersen, G. (2009): *The Incomplete Revolution: Adapting to Women's New Roles*. Cambridge: Polity Press.

Fonseca, C. (2004): *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS.

Gutierrez, D. M. D; Minayo, M. C. De S. (2010): "Produção de conhecimento sobre cuidados da saúde no âmbito da família", em *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 15, p. 1497-1508.

Hirata, H. et al. (Org.). (2009): *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp.

IBGE (2011): Estatísticas do Registro Civil de 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2016/rc2011.pdf. Acesso em 10/10/2013

Itaboraí, N. R. (2016): “Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras”, em Fontoura, N.; Araújo, C. (Orgs.): *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: UERJ.

Marri, I. G.; Wajnman, S. (2007): “Esposas como principais provedoras de renda familiar”, em *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Vol.24, No.1, Jan./Jun.

McDonald, P. (2000): “Gender Equity, Social Institutions and the Future of Fertility”, em *Journal of Population Research*, Vol.17, No.1, p. 1-16.

_____. (2013): *Societal foundations for explaining fertility: Gender equity*. *Demographic Research*, Vol. 28, p. 981-994.

Miettinen, A.; Basten, S.; Rotkirch, A. (2011): “Gender equality and fertility intentions revisited: Evidence from Finland”, em *Demographic Research*, Vol. 24, No. 20, 469-496.

Oliveira, M. C. F. A; Marcondes, G. (2016): “Intersecções família e gênero: a questão das assincronias”. E-book, p. 59-70.

Oliveira, R. D. (2003): “Reengenharia do tempo”. Rio de Janeiro: Rocco.

Schraiber, B. L. et al. (2005): “Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva”, em *Ciência e Saúde Coletiva*, Vol. 10, No. 1.

Sénac-slawinski, R. (2007): *L'ordre sexué.: la perception des inégalités femmes-hommes*. Paris: PUF.

Soares, V. O. (2004): “Feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileira”, em Venturi, G.; Recamán, M.; Oliveira, S. (Orgs.): *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Soares, C.; Saboia, A. L. (2007): “Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da PNAD 2001 e 2005. Rio de Janeiro, DPE/IBGE, (Texto para discussão, 21).

Sorj, B. (2004): “Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado”, em Venturi, G.; Recaman, M.; Oliveira, S. (Orgs.): *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Sorj, B.; Fontes, A.; Machado, D.C. (2007) “Políticas e práticas de conciliação: Entre família e trabalho no Brasil”, em *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 37, No. 132, p.573-594, set./dez.